

Publicação do
Sindicato dos Arquitetos
do Distrito Federal

TRIBUNA LIVRE

Nº 1
Outubro/1984

Novamente "TRIBUNA LIVRE"

Há pouco mais de dois anos, a então Associação Profissional dos Arquitetos do Distrito Federal (hoje Sindicato), lançou uma edição experimental — o número zero — do TRIBUNA LIVRE, propondo que o jornal funcionasse como uma via de duas mãos entre a Diretoria da Entidade e o conjunto da categoria. O TRIBUNA LIVRE teve um papel fundamental na mobilização dos arquitetos para a discussão sobre a criação do Sindicato, apesar de sua vida efêmera. Não houve posteriormente condições humanas e materiais de sustentação do jornal e sua publicação esteve suspensa desde então, mas sempre com a perspectiva de ser retomada.

Hoje, o TRIBUNA LIVRE está voltando, esperamos que para ficar. Nossas condições ainda são precárias, mas o Sindicato aos poucos vai se firmando e conquistando o respeito, o reconhecimento e a participação dos arquitetos. Uma parcela crescente da categoria entende a importância do Sindicato como instrumento de defesa dos seus interesses e aspirações, o que tem se refletido no considerável aumento do número de associados nos últimos meses e na resposta às convocações da entidade. O TRIBUNA LIVRE deverá agora circular normalmente, a cada três meses. A proposta da edição experimental permanece — o jornal deve levar ao conjunto da categoria as informações sobre a vida da entidade, mas também servir de canal para que os arquitetos participem da definição dos rumos do Sindicato, enviando sua opiniões, suas críticas, suas sugestões, suas denúncias, e submetendo-as à discussão mais aberta. Por tudo isso, mantém-se o nome original: TRIBUNA LIVRE.

Este primeiro número está voltado fundamentalmente para a preparação do 1º ENCONTRO SINDICAL DOS ARQUITETOS DE BRASÍLIA, evento que a Diretoria pretende tornar anual, como forma de reunir os arquitetos para o debate dos problemas relacionados com o exercício de nossa profissão e a definição das linhas de atuação do Sindicato. Esperamos que com a colaboração ativa de todos, o TRIBUNA LIVRE aprimore-se cada vez mais e contribua para fortalecer o Sindicato, aproximando-o dos arquitetos e vice-versa.

NESTA EDIÇÃO:

CONVOCAÇÃO

1º Encontro Sindical dos
Arquitetos de Brasília

9 e 10 de novembro

GDF & ARQUITETOS

**Concurso reacende
a questão dos salários**

**Todos os Sindicatos
e APAs no 9º ENSA**

**1º CONCURTO e
o movimento
sindical**



c. acio lv

Arquiteto, participe de seu Sindicato!

Os últimos acontecimentos que marcaram as conquistas de trabalhadores brasileiros em suas reivindicações levam-nos a concluir sobre a importância do movimento sindical, e que apenas através de uma mobilização efetiva dos trabalhadores de forma organizada, pode-se chegar a saldos positivos.

Os arquitetos sentindo os reflexos da atual conjuntura brasileira ressentem-se enormemente da crise sócio-política econômica que atravessa o país.

O índice de colegas arquitetos que sofrem os problemas do desemprego, subemprego, remuneração indevida e ilegal, desrespeito às cargas horárias, cresce dia a dia. Nossos estudantes, futuros arquitetos, vivem hoje nas escolas problemas de igual intensidade.

Evidencia-se o contínuo e progressivo esmagamento do nosso exercício profissional, de nossas possibilidades numa intervenção real e efetiva, a limitação do nosso espaço para o simples direito de trabalhar com dignidade dentro das potencialidades inerentes à nossa formação profissional. Estamos permitindo uma marginalização crescente do arquiteto. Anulam as perspectivas de trabalho e frustram a expectativa profissional. Via de regra, quando se dá a intervenção do arquiteto

nos planos e decisões, soa como algo que depende da benevolência e concessão de terceiros.

A verdade é que diante do quadro geral caminhamos para uma descaracterização da profissão.

Os problemas de nossa categoria, e de cada arquiteto individualmente estão aí traduzidos no dia a dia, de cada um de nós.

Portanto, colega arquiteto, é preciso que nos organizemos para lutar pelo nosso espaço. É preciso colocar, entender e debater nossas questões específicas para viabilizar as metas que queremos atingir. Para tanto, é fundamental que você venha para o Sindicato trazer sua participação, reivindicações. Precisamos formar uma categoria unida em suas aspirações, e consciente do significado do nosso trabalho, social e culturalmente, se almejamos a transformar aquilo que nos é imposto hoje. Do contrário não haverá perspectiva favorável aos arquitetos.

Sua presença dentro do Sindicato é da maior importância. O Sindicato se justifica apenas na medida em que for uma entidade realmente representativa da nossa categoria. Participe!

Todos os Sindicatos e APAs no 9º ENSA

Com a presença de três delegados o Sindicato dos Arquitetos do DF participou do 9º Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos, realizado de 3 a 5 de agosto em Olinda-Pernambuco. Estiveram presentes 19 Entidades de todo o país, sendo 8 Sindicatos, 10 Associações pré sindicais e a Federação Nacional dos Arquitetos, mostrando como a categoria está avançada em sua organização a nível nacional.

As deliberações do 9º ENSA orientarão a atuação da Federação nesse próximo período (84/85), assim como dos Sindicatos e Associações profissionais.

Quanto ao momento político brasileiro foi reafirmada a luta pelas eleições diretas já para Presidente, entendendo que apenas desta maneira poderemos dar passos concretos para conquistarmos a democracia. Ainda dentro desta perspectiva foi confirmada a participação efetiva da categoria, através de suas entidades, no sentido da construção e consolidação da CUT.

A questão da Legislação Profissional foi das mais polêmicas, tendo-se chegado a algumas conclusões, como a de que é fundamental uma estratégia de ação no sentido de que o arquiteto assuma o direito de exercer a gestão sobre o processo de produção do seu trabalho a partir de suas entidades representativas e rompendo com a tutela do Ministério do Trabalho.

Outra proposta importante aprovada no 9º ENSA foi a da organização de uma "Campanha Nacional em Defesa do Salário Mínimo Profissional", fortalecendo e unificando assim as entidades da categoria em torno de uma perspectiva comum imediata. Foi ainda aprovada a filiação da FNA a DIEESE, e o encaminhamento das eleições diretas para a Federação.

As resoluções do 9º ENSA serão enviadas a todos através da Folha Sindical, órgão de imprensa da FNA.

TRIBUNA LIVRE

Publicação do Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal com circulação entre os associados.

Jornalista responsável: Nise Quintas
Sede: SGAS - Quadra 603, Lote 21
Tel. 223-5903
CEP 70200 Brasília - DF

Reuniões: Quintas-feira, 20 horas

Impresso na Gráfica do Sindicato dos Bancários de Brasília

Colaboração:

Olavo Thadeu Fermoseli Câmara

As matérias assinadas por seus autores não expressam necessariamente o ponto de vista do Sindicato ou de sua Diretoria.

DIRETORIA DO SADF

Efetivos

Orlando Cariello Filho
Luiz Otávio Chaves
Luana Le Roy
Rejane Jung Vianna
Luiz Philippe Peres Torelly
Paulo Henrique Veiga
Luiz Alberto de Campos Gouvêa

Suplentes

Cláudia Marina Vasques
Luisa Regina Pessoa
Regina Stella Fittipaldi
Daniel Mendes
Fernando Saraiva
Joaquim Vieira da Silva Filho
Sílvio Cavalcante

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Aleixo Anderson Furtado
Vera Braun Galvão
Antônio Carlos Moraes de Castro

Suplentes

Zilah Magalhães
Carlos Alberto Tinoco Marques
Luciana Lopes Rocha

REPRESENTANTES NA FNA

Efetivos

Orlando Cariello Filho
Paulo Henrique Veiga

Suplentes

José Roberto Silva de Domenico
Marco Antônio Galvão

GDF & ARQUITETOS

Concurso reacende a questão dos salários

O concurso do Governo do Distrito Federal para a admissão de arquitetos trouxe novamente à tona uma questão fundamental para a categoria: os baixíssimos salários pagos pelo GDF, certamente o maior empregador de arquitetos de Brasília. Reunidos no Sindicato após a divulgação do resultado do concurso, inúmeros participantes discutiram as condições salariais e funcionais, decidindo pedir audiência ao Governador José Ornellas, através do SADF, para expor suas preocupações e apresentar uma pauta de reivindicações.

No ano passado os Sindicatos dos Arquitetos e dos Engenheiros entrevistaram-se com o Governador para apresentar um documento elaborado conjuntamente pelas duas entidades demonstrando a perda do poder aquisitivo dos salários e a desvalorização do trabalho das duas categorias no âmbito do GDF. A situação não mudou: o salário estabelecido pelo GDF no edital do concurso é de Cr\$ 347.978 mais 20 por cento de gratificação, totalizando cerca da metade do Salário Mínimo Profissional vigente, que é de Cr\$ 825.996.

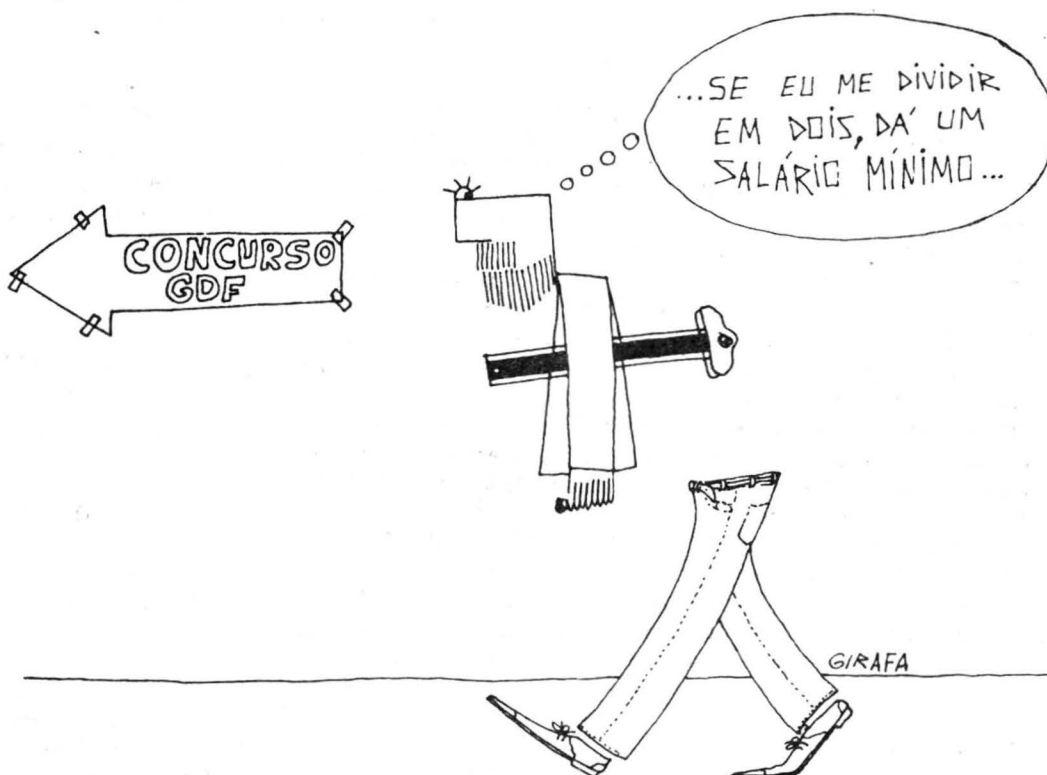
Na reunião realizada no Sindicato, diversos participantes do concurso manifestaram a disposição de não assumir o emprego do GDF caso persistam os salários definidos. Criticou-se também o dispositivo do edital do concurso que veda o recurso na prova prática, tendo o SADF colocado seu Serviço de Assistência Jurídica à disposição dos interessados para tratar do caso. Os participantes da reunião decidiram apoiar e incluir na sua pauta as reivindicações mínimas já apresentadas pelos arquitetos e engenheiros ao Governador em 1983:

- Reposição do poder aquisitivo dos salários;
- Equiparação dos salários da administração direta com os da administração indireta e da iniciativa privada, respeitando os direitos adquiridos;

- Solucionar o problema dos ocupantes de Funções em Comissão.
- Respeito ao Salário Mínimo Profissional.
- Possibilidade de atualização profissional através da participação em cursos, congressos, seminários, etc.
- Admissão apenas por concursos nas empresas e fundações.
- 13º salário para os funcionários estatutários.

- Reajuste semestral para o funcionalismo.

O Governador, aliás, não deu qualquer resposta ao ofício que lhe foi enviado em julho pelo Sindicato criticando a pouca divulgação dada ao concurso, pedindo o anúncio prévio do número de vagas a serem preenchidas de imediato e reiterando o descontentamento da categoria com relação ao salário fixado.



NOVACAP: plano de cargos desvaloriza arquitetos

Inexplicavelmente, o novo plano de cargos e salários que a NOVACAP — Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — começa a implantar a partir de 1º de outubro rompe com a equidade existente na empresa e no próprio Governo do Distrito Federal para a remuneração dos engenheiros, agrônomos e arquitetos, discriminando exatamente estes últimos.

Engenheiros e arquitetos são profissões regulamentadas pela mesma Lei 5.194/66, tem atribuições profissionais com grande faixa comum, o mesmo salário mínimo profissional instituído pela Lei 4.950-A/66 e, na NOVACAP, exercem muitas vezes as mesmas funções com idêntico nível de responsabilidade, como na fiscalização de obras. Isso, por si só, caracteriza a injustiça e a ilegalidade do dispositivo do plano que situa os arquitetos em faixa inferior à dos engenheiros, impondo sua imediata correção.

Assistência jurídica a todo vapor

Está em pleno funcionamento o serviço de assistência jurídica aos associados, montado pelo Sindicato através de contrato com o Escritório Advocacia Trabalhista Obreira, do advogado Ulisses Riedel de Resende e sua equipe. Além de assessorar a entidade, o escritório atendeu a quase uma dezena de arquitetos nos primeiros três meses de vigência do contrato.

Para utilizar o serviço de assistência jurídica, o associado deve estar em dia com o pagamento da sua trimestralidade e procurar o Sindicato, que o encaminhará ao escritório contratado para consulta. Os associados do SADF terão 50 por cento de desconto sobre a tabela normal de honorários, pagando aos advogados 10 por cento sobre o valor da causa, se o processo findar em primeira instância, ou 15 por cento, se o processo subir a instâncias superiores.

1.º Encontro Sindical dos Arquitetos de Brasília

CONVOCAÇÃO

Os arquitetos de Brasília estão convocados para definirem, coletivamente, os rumos do seu Sindicato. Nos próximos dias 9 e 10 de novembro sexta e sábado, será realizado o 1º ENCONTRO SINDICAL DOS ARQUITETOS DE BRASÍLIA, visando discutir os problemas da categoria profissional, traçar diretrizes para o SADF e estruturá-lo. Na ocasião deverá ser feito o balanço do primeiro ano de gestão da atual Diretoria e da aplicação de seu programa de trabalho.

O Sindicato tinha duas opções: ou fazia o 1º ENCONTRO SINDICAL DOS ARQUITETOS DE BRASÍLIA dentro das dificuldades de sempre — financeiras, materiais e humanas — ou aguardava condições ideais e, nesse caso, sequer poderia marcar data. Optou-se na Diretoria por convocar o Encontro para já, realizando-o da melhor maneira possível dentro da notória precariedade do SADF, pois o círculo vicioso das dificuldades da entidade e da falta de participação só pode ser rompido estimulando-se a participação.

A realização do 1º ENCONTRO SINDICAL DOS ARQUITETOS DE BRASÍLIA reveste-se de grande importância para o SADF, pois permitirá à entidade pautar-se por uma consulta direta à categoria a respeito de seus interesses e aspirações. O Encontro deverá realizar-se anualmente, servindo, a partir de 1985, como preparação do SADF para o Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos (ENSA).

OBJETIVOS

O 1º ENCONTRO SINDICAL DOS ARQUITETOS DE BRASÍLIA terá, como objetivos, discutir as questões relativas à categoria profissional e traçar diretrizes para a atuação do Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal no próximo período de um ano.

TEMÁRIO

O temário definido pela Comissão Organizadora para o 1º ENCONTRO SINDICAL procurou abrir espaço para a discussão de todas as questões de interesse da categoria ou relacionadas com a atividade do Sindicato:

- 1 — Problemas do exercício profissional e relações de trabalho.
- 2 — Relação com outras categorias, movimento sindical e articulações intersindicais.
- 3 — Plano de atuação e estruturação do Sindicato.

ESTRUTURA

A estrutura proposta é a de discussão dos diferentes pontos do temário em comissões, com os resultados convergindo para uma plenária final de conclusões. Na abertura será aprovado o Regimento Interno do Encontro.

A Diretoria e a Comissão Organizadora deverão apresentar documentos-base para a discussão, mas qualquer arquiteto inscrito poderá também apresentar teses, propostas ou trabalhos, entregando-os ao SADF até o dia 7 de novembro. Os participantes receberão, na abertura do Encontro, uma pasta com os documentos-base e as demais propostas apresentadas.

PARTICIPANTES

Qualquer associado do Sindicato dos Arquitetos do DF poderá inscrever-se como participante do Encontro, com direito a voz e voto nas comissões e plenárias, desde que esteja em dia com a Tesouraria do SADF.

Os estudantes de arquitetura da Universidade de Brasília poderão inscrever-se como observadores, com direito a voz.

DATA E LOCAL

O 1º ENCONTRO SINDICAL DOS ARQUITETOS DE BRASÍLIA realizar-se-á dias 9 e 10 de novembro de 1984,

A abertura será no dia 9, sexta-feira, às 20 horas, com palestra do Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos, Clóvis Ilgenfritz da Silva, sobre "As Condições e Perspectivas do Trabalho do Arquiteto".

O 1º ENCONTRO será realizado na Sede do CONFEA, no SEPN - Quadra 508 (W-3 NORTE).

QUESTÕES EM DEBATE

No 1º ENCONTRO SINDICAL DOS ARQUITETOS DE BRASÍLIA certamente estarão em discussão propostas relacionadas com os temas abaixo, que são enumerados para referência dos participantes, sem a pretensão, contudo, de fechar ou esgotar a pauta.

1. Problemas do exercício profissional e relações de trabalho.
 - O problema do desemprego e da falta de trabalho.
 - O Salário Mínimo Profissional. A Campanha Nacional da FNA, os salários nos órgãos públicos, GDF, empresas estatais, fundações e empresas privadas.
 - A situação dos autônomos. A contratação de serviços pelo governo e empresas públicas, concorrências por preços, pré-qualificações, o preterimento dos arquitetos locais em favor dos "consultores" de outros Estados, o problema dos falsos autônomos, registro de contratos, tabela de honorários, hora técnica, etc.
 - A valorização da profissão e as relações de trabalho nas diversas situações. O direito autoral do assalariado.
 - Concursos de admissão de arquitetos.
 - Concursos de projetos.
 - O problema do acobertamento do exercício ilegal da profissão.
 - A reformulação da legislação profissional (Lei 5.194).
2. Relação com outras categorias, movimento sindical e articulações intersindicais.
 - A participação no CREA-DF a partir de 1985. A relação com as profissões congregadas no Sistema CREA/CONFEA.
 - A construção da Central Única dos Trabalhadores. A participação na CUT e na Frente Intersindical de Brasília e as demais articulações existentes (COSUI, CONCLAT, etc.). A luta pela liberdade e autonomia sindicais, contra o arrocho salarial, etc.
 - A integração nas lutas democráticas, como a campanha pelas eleições diretas para Presidente.
3. Plano de atuação e estruturação do Sindicato.
 - A criação da Bolsa de Empregos ou Serviço de Colocação do Sindicato. A organização de um programa de assistência técnica à população de baixa renda, para ocupação dos arquitetos sem trabalho.
 - Desenvolvimento das campanhas salariais. Ações na Justiça do Trabalho pelo respeito ao Salário Mínimo Profissional.
 - Estruturação de um Serviço de Orientação Profissional, com fornecimento de modelos de contratos, informações sobre legislação profissional e trabalhista.
 - Organização de comissões permanentes (imprensa, cidade, etc.).

1.º Encontro Sindical dos Arquitetos de Brasília

Arquitetos e sindicatos

Orlando Cariello Filho
Presidente do SADP

Os documentos do XI Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em 1982 em Salvador, registram que os 30 mil arquitetos existentes no Brasil seriam absolutamente insuficientes em número, caso o País se voltasse de imediato para o atendimento das necessidades básicas da população. Tudo o que há para ser feito no sentido que os brasileiros tenham moradias dignas, escolas e hospitais suficientes e outros equipamentos essenciais basta para demonstrar quanto trabalho existe potencialmente para os arquitetos. Entretanto, milhares de arquitetos — uma parcela crescente da categoria — encontram-se hoje desempregados, sub-empregados, sem qualquer trabalho ou trabalhando fora da profissão.

Esse é um aspecto marcante da realidade de uma profissão que, se conseguiu impor-se nos planos técnico e da criação, é impedida pelas estruturas sócio-econômicas de contribuir plenamente para a melhoria das condições de vida da população. A afirmação definitiva da presença do arquiteto na vida nacional está, portanto, indissolúvelmente ligada à superação das necessidades básicas e à realização das aspirações da grande maioria do povo brasileiro, hoje privado até mesmo das condições mais elementares de sobrevivência. Mas quando uma política econômica transforma a alimentação em artigo de luxo, que dizer de habitações, escolas, hospitais, de preservação do patrimônio cultural, enfim, que dizer de arquitetura e urbanismo.

Esse é também o desafio fundamental do Sindicato dos Arquitetos. Assim como os engenheiros e os demais profissionais ligados à construção civil, os arquitetos não são vítimas especiais de uma situação especial. Os problemas que enfrentam os arquitetos assalariados e autônomos — hoje a parcela mais numerosa da categoria — são no fundamental os mesmos que atingem o conjunto dos trabalhadores e todos aqueles que vivem exclusivamente do próprio trabalho: o desemprego, o arrocho salarial, a alta desenfreada dos gêneros de primeira necessidade e daí por diante.

Como profissionais temos, evidentemente problemas específicos. Reivindicamos a reformulação da Legislação que regula o exercício da profissão, mas por experiência própria aprendemos que não é suficiente uma lei para firmar um direito ou assegurar uma conquista. O Salário Mínimo Profissional dos arquitetos e engenheiros, fixado pela Lei 4.950-A/66 jamais foi integralmente respeitado e até mesmo o Governo fabricou um artifício — artigo 13 do Decreto-Lei 1.820/80 — para descumprilo "legalmente".

Diversos órgãos e empresas públicas vem estabelecendo concorrências por preços para a contratação de projetos de arquitetura e outros serviços profissionais, contrariando frontalmente o Código de Ética, igualmente instituído por lei. O último concurso aberto pelo Governo do Distrito Federal para a admissão de arquitetos chegou ao quinto de eliminar o direito de recurso.

Esse profundo e sistemático desrespeito aos direitos dos arquitetos e à sua profissão é que reforça a nossa identidade com a maioria trabalhadora da população brasileira. É essa situação, revelada em inúmeras ocasiões e diferentes circunstâncias, que faz com que os arquitetos se organizem em sindicatos e que esses sindicatos se coloquem lado a lado aos sindicatos de outras categorias, inclusive de operários, na luta por melhores condições de vida e de trabalho. É essa identidade que leva os sindicatos de arquitetos — assim como os sindicatos de médicos, de engenheiros, jornalistas e outros profissionais de formação universitária — a participarem dos movimentos intersindicais e a engajarem-se no esforço de construção de uma Central Única dos Trabalhadores livre e independente, capaz de expressar as reivindicações comuns a todos os que vivem exclusivamente do próprio trabalho e de unificar sua luta. É também por isso que os arquitetos estão presentes em todas as campanhas democráticas e populares, como a das eleições diretas para Presidente da República.

O TRABALHO DO SINDICATO

Os problemas relacionados com o exercício da profissão em Brasília também tem a sua especificidade. Capital dependente do Governo Federal, tem parcela significativa dos arquitetos empregados no Serviço Público ou nos órgãos a ele vinculados. Outra parcela, ligada ao trabalho autônomo, tem suas oportunidades de serviço basicamente condicionadas oferta determinadas pelo Poder Central, seja na forma de encomenda direta (contratação de projetos, consultorias, etc.), seja pela via indireta (financiamentos à construção civil, obras públicas, etc.).

Para os que estão empregados há o eterno problema dos salários, que raramente refletem a qualidade e o nível de responsabilidade do trabalho, reduzem-se a cada reajuste e não são capazes de cobrir as necessidades do profissional e de sua família. Para os demais, a recessão reduz as oportunidades de trabalho e avilta a remuneração. Quantos podem, hoje,

estabelecer seus honorários pela tabela do IAB? Mas há ainda um expressivo contingente da categoria completamente alijado da profissão, arquitetos no momento sem qualquer trabalho ou forçados a exercer outra atividade. É necessário, contínua e permanentemente, fazer com que o Sindicato seja capaz de enfrentar esses problemas.

A nível da ação de valorização da profissão é imprescindível organizar a fiscalização dos salários, das condições de remuneração e de trabalho; é necessário constituir a "bolsa de emprego" ou "serviço de colocação" do Sindicato para coordenar a oferta e a procura de trabalho pelos arquitetos o que, segundo a idéia de alguns colegas, pode ser articulado com um sistema de apoio técnico à população de baixa renda; é necessária estabelecer um programa de eventos destinado a divulgar a produção da categoria, a exemplo da exposição "Espaço Aberto — Arquitetos de Brasília" realizada em abril e, ao mesmo tempo, promover cursos, seminários e outras atividades de extensão ou atualização profissional. Com o início da participação direta do Sindicato no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia será preciso estabelecer mecanismos de consulta permanente para que os arquitetos tenham realmente uma *representação* no CREA e não simples "representantes".

As idéias e propostas acima não são novas e nem chegam a ser originais, mas não poderão ser implantadas se os arquitetos não se dispuserem a fazê-lo. Nosso sindicato não tem recursos, e dificilmente terá, para pagar a implantação. Os integrantes da própria Diretoria também estão ocupados, como qualquer arquiteto, com sua atividade profissional e o Sindicato não pôde sequer contratar seu primeiro funcionário, optando por priorizar o atendimento jurídico aos associados. Mas com um pouco do esforço de cada um não será tão difícil concretizar aquelas ou outras idéias.

Ao mesmo tempo é vital que todos participem das decisões tomadas no Sindicato sobre os rumos da entidade e sobre as reivindicações e lutas da categoria, tanto específicas como gerais. Nesse sentido é da maior importância que todos venham para o Sindicato e participem do I ENCONTRO SINDICAL DOS ARQUITETOS DE BRASÍLIA, um primeiro esforço mais efetivo que se faz para a estruturação da entidade. O Sindicato está aberto, cabe aos arquitetos ocupá-lo.

Como trabalham os arquitetos

Depoimentos

Buscando uma forma de iniciar a reflexão sobre as perspectivas de atuação do Sindicato, na preparação do I Encontro Sindical dos Arquitetos de Brasília, TRIBUNA LIVRE colheu depoimentos de alguns arquitetos que trabalham sob diferentes condições de exercício profissional. Os depoimentos basearam-se em duas indagações:

- 1 — De que forma se dá a produção do seu trabalho hoje?
- 2 — De que forma o Sindicato poderia atuar no sentido de apoiar e participar no cotidiano do seu trabalho?

Arquiteto Sérgio Dornelles Fittipaldi — Formado em 1974 na UnB.

"A produção do trabalho arquitetônico nos escritórios de Arquitetura vem sofrendo uma constatação e gradativa retração, levando os profissionais que trabalham com prestação de serviço a malabarismos para manterem seus pequenos escritórios. Acreditamos ser este fato decorrente de dois aspectos: um, de natureza conjuntural, ou seja refletindo a política recessiva do governo, que seria mais de natureza "circunstancial". Outro, de caráter mais orgânico, endógeno, que seria no aspecto relativo ao espaço para o exercício da profissão. Potencialmente este espaço existe, vide os milhões de brasileiro sem habitação, sem infra-estrutura, as intervenções no uso do solo feitas aleatoriamente e com propostas muitas vezes escusas. Seria uma questão cultural a lacuna estabelecida entre a sociedade como um todo e os arquitetos?

Mas em qualquer um dos dois aspectos o que se percebe realmente é que os projetos de arquitetura em sua grande maioria não estão sendo elaborados por arquitetos. Nossa realidade de Brasília, com gabaritos permitindo soluções repetitivas, associada à uma realidade especulativa, estimulam a que os proprietários de lotes e projeções optem por fazer seus projetos com não arquitetos "pelo custo", pagando a "profissionais" para que coloquem suas assinaturas nas plantas e fichas de ART's. Dilui-se entre outras coisas a responsabilidade civil pelos trabalhos. Quanto aos órgãos públicos o que se percebe é a existência de "esquemas" que distribuem os serviços pelo preço dado e não por critérios de capacitação profissional.

Portanto, pelo que colocamos pode-se perceber uma gama enorme de problemas do exercício da arquitetura que poderiam ser formas de luta do Sindicato. Além de outras que não fizemos referência anteriormente como a questão do salário mínimo profissional, etc..."

Arquiteta Briane Bicca — Arquiteta do SPHAN, Pró-Memória.

"Meu trabalho é de planejamento urbano. Dá-se, de um lado de uma forma burocrática (despachos, pareceres, etc.) e de outro num trabalho mais técnico que daria para dividir em dois aspectos:

1 — Análise de trabalhos técnicos desenvolvidos fora de Brasília, e pareceres sobre bens do patrimônio cultural. Exemplo: Análise de legislação de proteção, projetos urbanos e de infra-estrutura de núcleos históricos;

2 — Criação de documentos conceituados sobre a posição e política do Órgão com relação ao patrimônio cultural e na articulação com os demais órgãos da esfera federal direta ou indiretamente envolvidos com núcleos Históricos.

A nível de fortalecimento da categoria dentro da Instituição, o Sindicato poderia atuar como interlocutor de peso junto à Direção da entidade, uma vez que há muitos arquitetos trabalhando nela.

No período da contratação inicial dos profissionais no que tange aos honorários profissionais e quando das revisões de reajuste salarial também poderá se fazer presente.

O Sindicato deverá fazer um trabalho de engajamento dos arquitetos do Pró-Memória no movimento sindical e político brasileiro".

Arquiteto César Barney — Formado em 1960 na Faculdade Nacional de Arquitetura — Rio de Janeiro.

"A profissão de arquiteto desconhecida do cliente em potencial, deturpada pela legislação que a incorpora junto à Engenharia e Agronomia, prejudicada pela má qualidade da mão-de-obra e desorganização da indústria de materiais, e substituída pela falta de competência, ética e honestidade de alguns de nossos próprios colegas necessita urgentemente de uma tábua de salvação.

Em primeiro lugar seria necessário que houvesse uma divulgação clara ao público das verdadeiras atribuições do arquiteto, suas obrigações e o conteúdo do seu trabalho.

Teria que haver uma desvinculação do exercício da profissão dentro dos CREAs, com uma legislação específica e regulamentação própria.

Um código de ética específico e detalhado se faz necessário para sanar a picaretagem estabelecida onde profissionais sem escrúpulos oferecem seus serviços ao cliente por valores inferiores à metade daqueles cobrados por profissionais que levam a sério o desempenho do seu trabalho, entregando ao cliente um décimo do serviço, tanto qualitativa quanto quantitativamente, e sem dar qualquer assessoria às obras.

Sugiro que através do Sindicato dos Arquitetos ou do CREA sejam feitos os Contratos, e que o órgão ou entidade se encarregue das cobranças e da fiscalização do trabalho apresentado pelo profissional dando ao cliente maior segurança quanto à qualidade do serviço a ser recebido, e ao arquiteto dando garantia a seus honorários através de uma tabela. Cabe ainda ao Sindicato garantir ao profissional os seus direitos autorais, estabelecidos pelo decreto.

Os CREAs e as prefeituras não deveriam aceitar registrar e nem aprovar projetos de arquitetura de modificação ou reforma que tenham sido executados por outro profissional que não o autor do projeto original, salvo com a prévia autorização deste.

O Sindicato deveria observar de perto revistas e publicações especializadas ou não que oferecem ao público "plantas" como "idéias para construir sua casa", que geralmente são copiadas por desenhistas e assinadas por engenheiros, ou (o que é mais triste) às vezes por "arquitetos".

Caberia também ao Sindicato o controle de Currículos oferecidos pelas Universidades, que ultimamente vêm formando

profissionais mal preparados e a orientação aos órgãos públicos que fazem concorrências de prestação de serviços profissionais de arquitetura que são julgadas por preço e não pela qualidade do trabalho ou Curriculum do profissional.

Por último, e mais importante no meu entender, cabe ao Sindicato promover a união da classe, sem a qual as idéias propostas não passarão do papel. Nós, arquitetos, como profissionais formamos desafortunadamente uma das categorias mais desunidas. Vamos ao trabalho, à união, mantemos a dignidade da nossa profissão para que possamos ter orgulho de sermos Arquitetos."

Arquiteto Paulo Zimbres — Professor da Universidade de Brasília.

"Tendo iniciado o exercício profissional em 1960, abrindo um pequeno escritório em São Paulo juntamente com colegas de turma, conseguimos os primeiros trabalhos numa época em que dominava certo otimismo quanto às possibilidades dos arquitetos, como profissionais liberais, de participarem de forma expressiva dos processos de concepção e construção de edifícios e mesmo de cidades.

Vivemos mais tarde um estreitamento do mercado para esta forma de atuação profissional, como resultado do fortalecimento das grandes empresas que conquistaram um papel preponderante no controle do "pacote completo" — estudos de viabilidade dos empreendimentos, projetos arquitetônicos e complementares. Cresceu então o número de arquitetos assalariados, consultores eventuais ou consorciados das grandes empresas.

O arquiteto vai se proletarizando. Pode-se contar nos dedos aqueles que, renovando constantemente as energias mantem ainda a "banca" entreaberta.

(continua na pág. 7)

(continuação da pág. 6)

Os assalariados, em órgãos públicos ou grandes empresas, muito raramente encontram as melhores condições de trabalho, quer quanto à remuneração, quer quanto à forma de exercício da atividade de projetar. Os resultados são visíveis, a qualidade dos projetos vem baixando, raríssimas obras se destacam.

Este processo parece ser irreversível. Identifica-se portanto um campo de luta. Há que se batalhar por melhores condições de remuneração. Há que se instrumentar nas escolas os jovens profissionais para ampliar seu espaço nos grandes escritórios e nos órgãos públicos.

O Sindicato pode atuar de forma importante nessas esferas, dando voz à consciência crítica da classe, como um canal de manifestações individuais ou coletivas que visem ao avanço e aprimoramento do papel do arquiteto na produção dos bens materiais e culturais da sociedade brasileira."

Arquiteta Yara Andrade de Miranda — Chefe da DEAP — DLFO

"No DLFO nota-se a necessidade de uma revisão nas leis do Código de Edificações. No entanto, para não atrasar na aprovação dos projetos, atraz-se no estudo das matérias omissas ou obsoletas do Código. Meu trabalho é no sentido desta análise e da aprovação dos projetos, no GDF. Também trabalho como autônoma à noite e de madrugada, projetando. O Sindicato, no meu entender, poderia elaborar uma tabela de honorários para cobrança de projetos, disciplinando as custas seja tendo como referência o m², ou o custo total da obra. Uma tabela realista e coerente, que definisse pelo menos uma taxa mínima no sentido de garantir o trabalho de arquitetura para os arquitetos, "espirrando" os não arquitetos e os "canetinhas de ouro", que sem a responsabilidade e ética profissional devida põem o nome e assinam.

Outros profissionais como médicos, dentistas, etc., têm flexibilidade na carga horária para os órgãos públicos podendo dedicar-se ao exercício liberal. O Sindicato neste sentido poderia, junto ao GDF, viabilizar um meio para que se cumpra horário corrido. Com isso os arquitetos assalariados poderiam projetar como autônomos. No meu entender os arquitetos que lidam com as leis do Código não devem ser apenas teóricos. É importante que eles tenham a visão das leis do Código pelo outro lado. Pelo lado de quem está sendo orientado por elas para projetar. Do contrário temos um círculo vicioso."

Arquiteta Maria Dalva S. Maly — Autônoma, presta serviço atualmente no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) — GDF. Formada em 1970 na UnB.

"A produção do nosso trabalho se dá através do desenvolvimento de trabalhos vinculados ao exercício profissional autônomo como prestação de serviços especializados ao Governo do Distrito Federal no desenvolvimento do Plano Estrutural de Organização Territorial — PEOT, especificamente no desenvolvimento e acompanhamento dos Planos de Ação Local, e através de elaboração de projetos arquitetônicos.

A atuação do Sindicato deverá ser no sentido de apoiar não só a atividade que desenvolvo, mas a de qualquer outra forma de participação do arquiteto no desempenho de sua profissão. Deve se dar como qualquer Sindicato, ou seja, de forma coerente e responsável, refletindo o interesse da classe trabalhadora a qual representa, apoiando o seu exercício profissional, esclarecendo sobre seus direitos e deveres, e promovendo a valorização do seu ofício.

Legislação profissional em debate

Regina Fittipaldi

As entidades dos arquitetos de todo o Brasil têm se manifestado, a partir das discussões em suas bases, quanto à inadequação da Lei 5.194/66. Em consequência têm sido levantadas as questões relativas à estrutura e representatividade do Sistema CREA-CONFEA.

A partir do Encontro Regional Centro-Sul realizado em São Paulo nos dias 14 e 15 de julho e do 9º ENSA realizado em Recife nos dias 4 e 5 de agosto pp, vários pontos foram levantados quanto à alteração da Legislação Profissional, dando-nos subsídio para o aprofundamento destas questões. Toda essa discussão culminará com um encontro inter áreas, envolvendo todas as Entidades Nacionais abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREAs.

Percebe-se inicialmente a necessidade de se evidenciar as diferenças existentes entre a questão do edifício e do uso do solo urbano, que tanto a nível da formação profissional currículo das escolas), quanto a nível do próprio exercício profissional, não são explicitadas. Decorre daí a confusão que há no exercício dessas profissões e nas responsabilidades civis. Ou seja, devemos explicitar os conteúdos dessas profissões para que possamos definir uma Legislação para os arquitetos.

A partir dos vários documentos que nos chegaram pode-se perceber claramente duas estratégias de ruptura com o atual sistema:

— Saída imediata do atual sistema em direção ao CRA — Conselho Regional de Arquitetura, independente.

— Criação de Câmaras especializadas autônomas e independentes, jurídica e financeira, paritárias, ainda dentro do atual Sistema

De qualquer forma, todos são unânimes em admitir a necessidade da desvinculação do Ministério do trabalho, da democratização do processo de escolha de nossos representantes no Sistema através do voto, e fiscalização do exercício profissional do arquiteto ser feita por arquitetos."

No nosso entender é preciso que se tenha em mente nessas discussões o aspecto cultural conjuntural, e não apenas aspecto classista, pois poderemos recair numa postura corporativista para a nossa atividade profissional, o que significaria um retrocesso. É preciso que se tenha presente que existem leis mal aplicadas de regulamentação do trabalho em nossa sociedade. Trata-se, portanto de uma discussão abrangente em que um discurso classista certamente omitirá pontos fundamentais para a compreensão do complexo quadro.

Não há dúvida que a Lei 5.194/66 está ultrapassada, superada. Não há dúvida de que precisamos de uma Lei que reforce o sentido da valorização do trabalho do arquiteto, trabalho este adequado para poder atender de forma ampla as necessidades da sociedade, dentro de nossa identidade profissional definido de forma clara, de modo a que se tenha nítidas as nossas atribuições profissionais na nova lei.

No nosso 1º Encontro Sindical deveremos analisar e aprofundar essas questões.

AO TRIBUNA LIVRE

Procurei este jornal para demonstrar publicamente minha indignação contra o DAU — S.V.O. (Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras). Local onde trabalhei quase 6 anos demonstrando sempre esforço e dedicação, e recebendo elogios pelo meu desempenho profissional durante todo esse tempo.

Porém faltou reconhecimento público pelo meu trabalho. Elogios, são como flores que inebriam e provocam o deleite dos sentidos, mas não encaminham nenhuma decisão de ordem prática como uma ascensão funcional ou uma reclassificação que era o que eu merecia.

Para se ter uma idéia do esforço demonstrado nesses anos todos. Eu, trabalhando apenas um período, entre 76 a 78 tive mais trabalhos realizados (desenhos, desenvolvimento de projetos e projetos) do que todos os profissionais da minha divisão juntos (éramos três estudantes de Arquitetura e um desenhista). Vale lembrar que alguns trabalhavam dois períodos.

Enquanto isso durante todos esses anos, eu fazia em outro período o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UnB, passando com MGA: 3,7 no geral e 4,2 nas disciplinas principais (PEUS) num tempo record de 5 anos e trabalhando a tarde, repito.

No final desses 5 ou 6 anos sofri um acidente que me seccionou três tendões

da mão direita, foi quando precisei de um tempo para recuperação que foi negado. Assim impossibilitado de trabalhar e ao mesmo tempo pressionado nesse sentido. Não tive outra alternativa, senão abandonar o emprego. Não tive nem a preocupação de pedir demissão, simplesmente o abandonei para retribuir o desprezo e a indiferença com que fui tratado, não pelos meus companheiros de divisão, mas pelos dirigentes deste órgão que não tiveram nem a sensibilidade suficiente para perceber a natureza de um problema pessoal de um funcionário quanto mais para diagnosticar e propor soluções para os problemas urbanos/arquitetônicos do Distrito Federal.

Adilson Estuqui

1.º CONCURTO fortalece o movimento sindical

Paulo Henrique Veiga

A realização do 1.º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) significou uma grande vitória para o fortalecimento das lutas dos trabalhadores, e consolidação do setor mais combativo do sindicalismo brasileiro. Que no Congresso explicitou a importância de se estar atualmente engajado no processo de construção de uma Central Sindical, que tem como perspectiva unificar nossas lutas, pleitear a democracia e assegurar a independência do Movimento dos Trabalhadores em relação ao estado, aos patrões e aos partidos políticos.

A reafirmação desses pontos foi sem dúvida um avanço na consolidação de nossa Central Única. Além disso, o Congresso foi marcado pelo seu nível de discussão política

e pelo caráter prático na definição das propostas aprovadas. Foi destacada a participação dos trabalhadores rurais na clareza de suas propostas, mostrando que de fato se elabora uma política de intervenção no campo.

Participaram no Congresso 5.222 delegados, representando 11.557.229 trabalhadores de base de 937 entidades.

No plano político foi reafirmada a necessidade de eleições livres e diretas já e a retomada das mobilizações na qual os trabalhadores mostraram ser os maiores interessados, por entender ser este o caminho que pode garantir a conquista de uma verdadeira democracia.

Neste sentido foi aprovada a realização de uma marcha a Brasília pelas Diretas Já

e pelo atendimento das reivindicações econômica dos trabalhadores:

- Semana de 40 horas
- reajuste trimestral
- Salário desemprego
- Reforma agrária radical sob controle dos trabalhadores.

Com esta campanha unitária nacional, a CUT tem o objetivo de trabalhar através das entidades sindicais, das representações, dos movimentos populares dos partidos políticos, fortalecendo a organização das lutas, fazendo a relação entre esta campanha nacional e as campanhas salariais do semestre, todas elas na perspectiva da CUT de associar à luta pelas Diretas Já.

NOTAS

NOVOS ARQUITETOS DA UnB

O Presidente do Sindicato dos Arquitetos, Orlando Cariello Filho, representou a entidade na solenidade de colação de grau dos novos arquitetos formados pela Universidade de Brasília. A solenidade, muito simples, realizou-se dia 23 de setembro, domingo, no Restaurante da UnB, com a presença de amigos e parentes dos formandos.

Falando, na ocasião, Orlando citou as dificuldades atuais enfrentadas pelos arquitetos — o desemprego, o desrespeito ao Salário Mínimo Profissional e às tabelas de honorários instituídas pela categoria, entre outras — como fatores que reforçam a necessidade de organização da categoria. Dia 25, à noite, na Sede do IAB-DF/SADF, as duas entidades receberam os novos arquitetos.

SADF REGISTRA-SE NO CREA

O registro do Sindicato dos Arquitetos no CREA-DF está praticamente aprovado, já tendo passado pela Câmara de Arquitetura e contando com parecer favorável do Relator na Plenária do Conselho do SADF. O registro no CREA faz parte do programa da atual gestão e tem como objetivos reforçar a representação da categoria naquele Conselho e integrar o SADF mais diretamente às questões relacionadas com a fiscalização do exercício profissional.

TESOURARIA

Os associados que perderam o prazo para pagamento das duas primeiras trimestralidades do SADF, referentes a 1984, tem duas alternativas para colocarem-se em dia com a Tesouraria: podem fazer o pagamento, em qualquer data e sem multa, na Agência Planalto da Caixa Econômica Federal (Setor Bancário Sul), ou no próprio Sindicato.

Atualizando já seu pagamento, o associado poderá voltar a fazê-lo normalmente pelo sistema de compensação, isto é, através de qualquer agência bancária localizada no DF, desde que dentro dos vencimentos estabelecidos nos carnês para cada parcela — 31 de outubro para o 3.º trimestre e 31 de dezembro para o 4.º

collection

móveis para escritório e residência

representante
exclusivo:

securit

escriba

móveis teperman

herman miller

collection móveis ltda.

cls 402 bl. d lojas 15/35

phones: 226-7573 225-1968